

Opiniones y Ensayos

A emergência da ecologia política do turismo: uma alternativa de análise teórico-crítica

Sandra Dalila Corbari* Natália Tavares de Azevedo**

Universidade Federal do Rio Grande (Brasil) - Universidade Federal do Paraná (Brasil)

Carlos Alberto Cioce Sampaio***

FURB – Fundação Universidade de Blumenau (Brasil)

Resumo: Na contrariedade de uma ciência acrítica e ahistórica, a ecologia política surge para demonstrar contextos abrangentes e historicamente enraizados de desigualdade, tendo interface com a degradação socioambiental. No turismo não é diferente, a ecologia política do turismo demonstra que recai na população local o ônus do desenvolvimento dessa atividade, embora essas perspectivas sejam desconsideradas ou amenizadas em uma gama de estudos da área. Destarte, o objetivo é discorrer sobre a ecologia política enquanto uma alternativa de análise teórico-crítica do turismo. O presente ensaio versa sobre a ecologia política e sua abordagem no turismo, que proporciona um olhar sobre a injustiça e os conflitos socioambientais. A ecologia política configura-se como uma alternativa teórico-metodológico para a abordagem crítica no campo do turismo, especialmente nos países do Sul, com interface teoria-prática e determinações alternativas à acumulação do capital e ao modelo hegemônico de turismo.

Palavras-chave: Ecologia política; Ecologia política do turismo; Virada Crítica; Conflitos socioambientais.

The emergence of a political ecology of tourism: an alternative for theoretical-critical analysis

Abstract: Tourism is usually viewed uncritically and ahistorically as a body of science. Political ecology, an emerging theory, is designed to change that perspective, analysing tourism in its historical perspective and contextualising the inequalities and environmental deterioration produced in its scenarios. The political ecology of tourism demonstrates how the burden of the sustained success of the activity falls on the local population who are generally overlooked or treated lightly in critical studies.. The aim is to discuss political ecology as an alternative theoretical-critical analysis of tourism. This article deals with political ecology and its approach to tourism, offering a different perspective on injustices and socio-environmental conflicts. Political ecology is a theoretical and methodological alternative above all in countries in the southern hemisphere, affording a theoretical-practical interface and alternative measurements of capital accumulation to the hegemonic tourism model.

Keywords: Political ecology; Political ecology of tourism; Critical change; Socio-environmental conflicts.

1. Introdução

A ecologia política compreende, de forma geral, que os problemas ambientais não podem ser tratados sem antes considerar as questões políticas e os contextos econômicos dentro dos quais estão inseridos. O que sugere que os antecedentes dos sistemas ecológicos são sociopolíticos.

- Universidade Federal do Rio Grande (Brasil); E-mail: corbari91@hotmail.com; <https://orcid.org/0000-0001-5064-9826>
- Universidade Federal do Paraná (Brasil); E-mail: natytav@yahoo.com.br; <https://orcid.org/0000-0001-6250-8238>
- FURB – Fundação Universidade de Blumenau (Brasil); E-mail: carlos.cioce@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-0664-0266>

No turismo não é diferente, os ajustes espaço-temporais demandados pelo capitalismo requerem novos espaços, que são apropriados e transformados em territórios turísticos, gerando uma série de conflitos socioambientais relacionados, em boa parte, a mega empreendimentos, inclusive de capital estrangeiro, que disputam o acesso e uso da terra e dos recursos naturais que historicamente estão sob a chancela de comunidades tradicionais, como pode ser ilustrado no Atlas de Justiça Ambiental - EJAAtlas (ICTA, 2019) e no Mapa de Conflitos que envolve injustiças socioambientais e saúde no Brasil (Fiocruz, 2019). Consequentemente, as comunidades locais, com modos de vida e racionalidades próprios, estabelecendo relações mais harmoniosas com a natureza, são vitimizadas a partir da despossessão de seus territórios e limitação no acesso aos recursos naturais.

Enquanto os benefícios pleiteados para os destinos receptores são superdimensionados, quando não distorcidos, o ônus ocorre de maneira inversa: o turismo tende a ser reconhecido como “indústria sem chaminés”, de baixo impacto negativo e normalmente inferiores aos benefícios que gera (Gascón, 2012; Nicholls, Higgins-Desbiolles, & Rigney, 2016). Nesse contexto, os ecologistas políticos não deram tanta importância aos estudos aplicados ao turismo, considerando que outros setores econômicos também impactavam e geravam conflitos socioambientais aparentemente mais intensos. E os teóricos do turismo, em grande parte, seguiram estudos técnicos normativos, quando não isentam ou subdimensionam o ônus da atividade turística.

Neste sentido, destaca-se a importância dos estudos sobre ecologia política aplicados ao turismo. Destarte, o objetivo do presente ensaio teórico é de discorrer sobre o turismo, apresentando a ecologia política como abordagem teórico-crítica para esse campo de estudo.

2. Introdução à ecologia política

A ecologia política não se apresenta como um novo paradigma do conhecimento ou social, mas como um campo teórico-prático que trata da relação desigual de grupos de interesses em relação a determinado ecossistema (Leff, 2006; Robbins, 2012). Ela emerge da *hinterland* da economia ecológica, no início da década de 1970 (Bryant & Bailey, 1997; Leff, 2006). Esse campo surge a partir de elaborações científicas de tradição anglo-saxãs, especialmente na Inglaterra e Estados Unidos, como também na França (Alimonda, 2017).

É composto por uma amplitude de enfoques, de diversidades regionais - e heterogeneidade de pesquisas, que o tornam difícil de ser classificado (Bryant & Bailey, 1997; Robbins, 2012). Mesmo que no início o campo tenha sido composto por trabalhos apolíticos, diversos deles com base no neo-malthusianismo, o marxismo se tornou uma base indispensável, uma vez que deu embasamento às questões de acumulação do capital e consequente exploração da mão-de-obra e da natureza (Bryant & Bailey, 1997; Robbins, 2012).

Para vários ecologistas políticos na primeira metade da década de 1980, foi o neomarxismo que possibilitou a vinculação da opressão social e da degradação ambiental com as dimensões política e econômica relacionadas às questões de produção (Bryant & Bailey, 1997). Essa perspectiva se faz ainda mais pertinente frente à intensificação do sistema capitalista que leva a padrões de produção e consumo ambientalmente destrutivos (Escalera-Briceño, Ángeles-Villa & Palafox-Muñoz, 2018a). Cabe destacar a importância da economia política de Marx para a ecologia política e, no sentido oposto, como a ecologia política tem sido evocada para reivindicar a agenda para transformação da realidade, por meio da militância e da luta política (Lipietz, 2003). Assim, a ecologia política redescobriu o materialismo, por meio do movimento dos trabalhadores inspirado no marxismo, criticando o *status quo*. Também traz à tona a dialética, tendo como foco a crítica das coisas como são, muito mais que a busca ou exaltação de alternativas, especialmente no que se refere à relação insustentável entre os seres humanos e a natureza. O historicismo também compõe a fundamentação da ecologia política, compartilhando com os marxistas a convicção de que a ordem atual se aproxima de uma catástrofe necessária, uma revolução, uma mudança de paradigma a nível global. Para a ecologia política é o produtivismo que deve ser revisto. Por fim, compartilham o progressismo político.

Não obstante, cabe destacar que a ecologia política difere da economia política pois

na ecologia política a natureza é vista não somente como fonte de recursos, mas como ontologicamente prioritária para a existência humana, aquilo que nos antecede e que de nós independe, cuja dinâmica ecológica, mesmo que por nós mediada e transformada, precisa ser conhecida e respeitada a fim de que o modo de produção seja compatível com sua capacidade de suporte e de regeneração (Loureiro & Layrargues, 2013, p. 56).

Cabe destacar que a ecologia política se opõe ao movimento operário quando se trata de “desenvolvimento das forças produtivas”, os ecologistas políticos têm se atido a um movimento de emancipação humana, com base na democracia, no socialismo anarquista, o Terceiro-mundismo, o feminismo, o regionalismo e outros movimentos emergentes (Lipietz, 2003).

Na década de 1990, o poder dos atores de base foi enfatizado, relacionou-se a ecologia política à teoria dos movimentos sociais, examinando relações de poder e controle da terra, dos recursos naturais, do trabalho e do capital (Bryant & Bailey, 1997). Após esse momento, surge o que se denominou ecologia política pós-estruturalista, voltando sua atenção aos estudos de nível local, mapeando as formas pelas quais o poder e o conhecimento se entrelaçam, de maneira a influenciar os resultados político-ecológico (Bryant & Bailey, 1997).

Faz-se mister destacar que a ecologia política latino-americana tem como principal foco as lutas camponesas ou indigenistas, nas quais as populações são sujeitos ontológicos por excelência. Se observa a herança de Marx, mas as perspectiva emancipatórias da América Latina complementam o legado de Marx no que tange às cosmovisões e as lutas das comunidades tradicionais (Escalera-Bruceño, Ángeles-Villa, & Palafox-Muñoz, 2018b).

De forma geral, os ecologistas políticos defendem que os problemas ambientais não podem ser compreendidos se analisados de forma isolada das questões políticas e dos contextos econômicos dentro dos quais estão inseridos (Bryant & Bailey, 1997), da mesma forma que na sociologia econômica não há como discutir as questões sociais sem estar imbricada à economia (Swedberg, 2014). Não apenas os sistemas ecológicos são políticos, mas também as próprias ideias a respeito deles são delimitadas e direcionadas através do processo econômico e político (Robbins, 2012). Ou, como aponta Sampaio (2019), a mesma relação assimétrica entre homem e homem se reproduz na relação homem e natureza. Não se trata tão somente de adotar uma perspectiva construtivista da natureza, mas sim, política, onde as relações entre os seres humanos e entre eles e a natureza, se constroem através de relações de poder e dos processos de “normalização” das ideias, discursos, comportamentos e políticas (Leff, 2006).

Aborda-se a distribuição desigual de custos e benefícios associados às mudanças ambientais, as quais reforçam os padrões de desigualdade social e econômica, que são, por sua vez, parte do poder hegemônico (Nepal, Saarinen, & Mclean-Purdon, 2016), nesse sentido, os mais pobres são os grupos que recebem o ônus e os mais ricos são os privilegiados pelas mudanças ambientais, fazendo alusão ao que se denomina (in)justiça ambiental (Acsehrad, Mello, & Bezerra, 2008; Martínez-Alier, 2010). Isso tudo levando em consideração um panorama mais amplo e multiescalar do problema (Robbins, 2012). Esses processos de significação, valorização e apropriação da natureza que não se resolvem nem por via da valorização econômica da natureza, nem pela atribuição de padrões ecológicos à economia (Leff, 2006), como os modelos econômicos hegemônicos e o ambientalismo moderado apregoam.

Destarte, entende-se que a ecologia política é altamente relevante para o turismo, oferece uma abordagem integrada e compreensão das dinâmicas e complexidades do setor, especialmente no que se refere às relações de poder e desigualdade (Nepal, Saarinen, & Mclean-Purdon, 2016).

3. A ecologia política do turismo

Partindo do campo da ecologia política, o presente ensaio teórico tem seu foco na aplicação dessa base teórico-analítica ao turismo enquanto objeto de estudo. Isso se faz importante frente à visão otimista que perpetua há décadas, de que o turismo representa um setor socioambientalmente “amigável”, de baixo impacto e que permitiria aos países do “Terceiro Mundo” aumentar sua independência econômica (Britton, 1982), e mais do que isso, que seria possível alcançar os mesmos resultados de outros setores econômicos e, até mesmo, índices similares aos dos países do Norte global (Bianchi, 2018). Há que se ressaltar o fato de que países que combatem a vulnerabilidade e precariedade de suas indústrias, da extração de recursos naturais, dos mercados com preços desfavoráveis, da flutuação dos acordos comerciais e dos desastres naturais, encontram no turismo uma possível alternativa econômica (Nicholls, Higgins-Desbiolles, & Rigney, 2016). Tais premissas são evidenciadas na teoria sobre o turismo.

Em sua contraposição, os estudos da ecologia política aplicada ao turismo apontam a existência de “ganhadores e perdedores”, no âmbito de relações desiguais de poder, conflitos ambientais, resistências e alternativas que emergem diante das crises. Ademais, esses estudos levam em consideração que o turismo está inserido em um contexto social e econômico mais abrangente e historicamente enraizado de desigualdades, seja na escala local, nacional ou internacional (Mostafanezhad, Norum, Shelton, & Thompson-Carr, 2016), incluindo as desigualdades de classes e as relações centro-periferia (Britton, 1982; Bianchi, 2018).

Destarte, faz-se importante abordar a injustiça, enraizada na distribuição desigual de recursos. Essas injustiças resultam da necessidade de acumulação pelo turismo como atividade econômica

predominante (Acevedo, 2016). Em grande parte das comunidades onde o turismo se estabelece, há perda de biodiversidade que é degradada ou comoditizada (Nepal, Saarinen, & Mclean-Purdon, 2016). Esses efeitos podem se verificar na periferia dos destinos turísticos e no interior das comunidades receptoras, toda vez que os efeitos da promessa do progresso prevalecem.

A liberdade de consumir (neste caso, produtos turísticos, destinos, experiências), não apenas acontece por meio da apropriação, homogeneização e refuncionalização do território e da própria paisagem, mas também à custa do bem-estar de outras pessoas, por meio da apropriação, privatização de bens comuns e terras públicas, deslocamento de populações camponesas, degradação dos recursos e intensificação da mercantilização da força de trabalho e/ou das práticas de trabalho exploratórias (Bianchi, 2009; Muñoz, 2016). A funcionalização do território e da paisagem para o turismo pressupõe a elitização do espaço, no qual os usuários com maior poder aquisitivo são privilegiados, aqueles que podem aceder à propriedade da terra. Decorre disso a privatização de recursos, como de praias ou até mesmo da água, para uso privado turístico ou residencial.

Assim, a deterioração ecológica acompanha a deterioração social e democrática (Blázquez, Cañada, & Gascón, 2012). Vale lembrar que o turismo ocorre no contexto de uma grande desigualdade de riqueza e de poder (Nepal, Saarinen, & Mclean-Purdon, 2016) e, nesta disputa de poder, as comunidades são o elo mais fraco e quem fica com o ônus da atividade.

Inúmeros casos em todo o mundo podem servir de exemplo, como o deslocamento de populações costeiras para dar lugar a grandes *resorts*; a privatização de bens estatais e instalações turísticas; transferência de terras públicas para a iniciativa privada; apropriação de terras em favor de empreendimentos de luxo; formação de áreas periféricas formadas por migrantes atraídos pelos centros turísticos, mas que são expulsos quando sua força de trabalho se torna desnecessária; controle do uso e acesso aos recursos naturais, privilegiando o setor do turismo; subversão da legislação de proteção ambiental para facilitar o desenvolvimento turístico; desvio de fundos públicos para favorecer o desenvolvimento turístico; aumento da corrupção de autoridades; especulação imobiliária, com desterritorialização e degradação ambiental; destruição de ecossistemas e consequente impacto em atividades tradicionais, como a pesca (Bianchi, 2009; Gascón, 2012; Cañada, 2016).

Essas características são inerentes ao processo de acumulação por espoliação (Harvey, 2004), que se apropria das esferas de vida, recursos naturais e espaços que se encontram fora da lógica de mercado, transformando os bens não mercantis em mercadoria, incluindo as áreas de uso comum e recursos territoriais de camponeses, ribeirinhos, povos e comunidades tradicionais (Acselrad *et. al.*, 2012). O discurso de criação de emprego e geração de renda pelo turismo ignora a deterioração de outras ocupações, como as formas tradicionais de agricultura, pecuária e pesca, que nem sempre correspondem às lógicas do mercado capitalista e que permitem maior autonomia das populações (Blázquez *et. al.*, 2011), em consonância com uma relação mais harmoniosa entre homem e natureza.

Assim como destacado por Murray-Más (2016) a ecologia política se centrou fundamentalmente nas *commodities* que socialmente geravam maior rejeição devido seus elevados custos sociais, como, por exemplo, a mineração. Por isso, a pouca atenção ao turismo diz respeito a que o turismo tem sido visto como algo frívolo em comparação a outros aspectos da lógica do capital (Nicholls, Higgins-Desbiolles, & Rigney, 2016). Não obstante, assim como afirmado por Nepal, Saarinen e McLean-Purdon (2016), o turismo tem repetido as injustiças sociais coloniais do passado e perpetuando desigualdades econômicas de forma nova. Em todos esses casos, pode-se estudar e atuar desde a perspectiva da ecologia política.

4. A literatura sobre a ecologia política do turismo e a necessidade da “virada crítica”

Em adição ao fato de que o turismo tem recebido pouca atenção dos ecologistas políticos, uma ampla variedade dos estudos do turismo é realizada sob uma perspectiva ortodoxa, ligada à economia neoclássica (Castillo-Nechar, 2011; Murray-Más, 2013). Esses estudos são positivistas, produtivistas, quantitativos e com ‘prerrogativas empresariais’, além da predominância dos estudos culturais moldada pelos círculos de produção e consumo de turismo (Bianchi, 2009; Panosso Netto & Castillo-Nechar, 2016). Para isso, é fundamental a neutralidade do sujeito, do ser conhecedor, conforme ressaltam Panosso Netto & Castillo-Nechar (2016).

No que tange às pesquisas sobre desenvolvimento do turismo, Britton (1982) destaca que boa parte delas realizam análises imprecisas ou focadas em aspectos técnicos. Neste caso, as pesquisas são pretensamente isentas ou envolvem pouca discussão sobre os processos históricos e políticos que determinam o desenvolvimento. O debate sobre as vantagens e desvantagens do turismo se conduz, de forma geral, sem levar em conta algumas teorias, tal qual a economia política, focando na pobreza e na causa do aumento da desigualdade entre e dentro dos próprios países (Britton, 1982) e a ecologia política, orientada à problemática socioambiental.

Embora a ecologia política forneça meios conceituais e metodológicos para integrar várias pesquisas sobre turismo, há poucos estudos nesse campo do conhecimento que se utilizam dela, o que se pode verificar é uma maior expressividade de uso da economia política, a qual é um aporte para a ecologia política, conforme destacado anteriormente, e que apontam para características importantes da expansão do turismo para o “Terceiro Mundo” (Stonich, 1998). Vinte anos após Stonich redigir seu manuscrito, a realidade não teve significativas alterações, mesmo com a eclosão de diversos conflitos que envolvem a atividade turística.

Como referências, pode-se citar estudos recentes, como os livros *Political ecology and tourism* (Nepal & Saarinen, 2016) e *Political ecology of tourism: community, power and the environment* (Mostafanezhad, et al., 2016 e a edição nº 52 da *Revista Ecología Política – Cuadernos de debate internacional*, que se dedicou à publicação de manuscritos que tratassem estritamente da ecologia política do turismo. Além de outras abordagens que conversam diretamente com a ecologia política e que são perspectivas de teorias para a crítica, de geração de conhecimento, de oportunidades de pesquisas, de educação e currículo crítico e de oportunidades de metodologias (Bianchi, 2009; Castillo-Nechar, 2011; Nava-Jiménez & Castillo-Nechar, 2017). Nesse sentido, o pesquisador crítico tem papel fundamental para “desvendar, desvelar, denunciar, mostrar essa realidade, tornar acessível e visível o pano de fundo no qual se desenvolve o fazer ciência em turismo” (Panosso Netto & Castillo-Nechar, 2016, p. 17).

A literatura ainda emergente, abordando o turismo desde a perspectiva da ecologia política, tem dado destaque à questão das relações internacionais com o desenvolvimento do turismo e o meio ambiente (Mostafanezhad et al., 2016). Mas outros temas também são abordados, como distribuição desigual dos benefícios e dos ônus; o acesso desigual aos recursos naturais e a terra; a relação entre poder social e ecologia; a produção de espaço pelo turismo; implicações do turismo em áreas protegidas; estruturas e disputas de poder; e relação do turismo com as mudanças climáticas, demonstrando que o turismo está inserido em um contexto social e econômico mais abrangente e historicamente enraizado de desigualdades, em diversas escalas (Mostafanezhad et al., 2016; Nepal, Saarinen & McLean-Purdon, 2016).

Fazem-se necessárias mais abordagens críticas¹, uma vez que o turismo é uma importante forma de acumulação de capital em todo o planeta, gerando, em seu processo de produção socioespacial, impactos socioambientais significativos. Quanto a isso, Bianchi (2009) sugere uma ‘virada crítica’², desafiando e refuncionalizando os discursos dominantes do campo, por meio de uma mudança paradigmática e incitar debates críticos a respeito do poder, dos discursos e das representações no turismo.

Gerar conhecimento crítico implica a integração de aportes filosóficos vinculados à situações reais, refuncionalizando o discurso oficial do turismo e corroborando para uma práxis turístico-social emancipatória e libertadora (Castillo-Nechar, 2011; Panosso Netto & Castillo-Nechar, 2016; Nava-Jiménez & Castillo-Nechar, 2017), ou para o que Bianchi (2009) denominou de academia da esperança. Um projeto explicitamente político, respaldado sobre a ontologia do turismo, é um comprometimento com o turismo pró-social, justo, igualitário e anti-opressivo (Bianchi, 2009). Essa é uma possibilidade real, que aciona a interdisciplinaridade e a revalorização argumentativa dos conteúdos abordados, frente às brechas deixadas pelos modelos ortodoxos e hegemônicos.

O autor supracitado aponta a necessidade de uma base teórica pautada nas análises estruturais de poder e desigualdade. Nisso, pode-se inserir a questão de uso e acesso aos recursos naturais, relações com o meio ambiente e território, produção socioespacial, entre outros.

Invoca-se, assim, a necessidade de tensionar os discursos hegemônicos, a ênfase nas práticas culturais e nas subjetividades turísticas que ocultam as questões relativas ao poder estrutural (Bianchi, 2009). Nisso se insere, inclusive, a colonialidade do saber. Se as pesquisas científicas refletem os discursos hegemônicos, faz-se necessário a (des)colonização do saber, desvelando o legado epistêmico do eurocentrismo que impede que o mundo seja observado a partir do olhar e das epistemes do Sul global (Porto-Gonçalves, 2005). Em adição, ressalta-se que o protótipo implícito do pensamento turístico – incluindo a teoria – é baseado na voz do turista, e mais, do turista ocidental (Mkono, 2013).

Faz-se mister fomentar modelos que propõem que o conhecimento turístico não se produz unicamente no ambiente acadêmico, tampouco se produzem apenas no âmbito anglo-saxão (Tribe & Liburd, 2017; Damián & García, 2020). Nesse aspecto, verifica-se a existência de dois campos estratégicos de ação: o campo das disciplinas acadêmicas que estudam o turismo e o campo do conhecimento extra disciplinar que se produz fora do contexto acadêmico (Tribe & Liburd, 2017). Isso vai ao encontro da ecologia política, que emerge dentro e fora da universidade, na teoria e na práxis.

Ademais, desafia-se a noção de que os discursos do turismo são ‘inocentes’, contando com estudiosos comprometidos em analisar as disputas por poder que permeiam os diferentes contextos, marcados pela subordinação e exploração colonialista, patriarcalista, heteronormativa, assim como destacado pelo autor supracitado. Aliado a isso, a exploração do poder discursivo se fragiliza por conta da ausência

de análises sobre como e por que certos discursos se tornam mais poderosos que outros e como eles se institucionalizam em configurações geográficas e históricas específicas (Bianchi, 2009). Nesta pauta, a natureza é apropriada por atores sociais com maior poder político e econômico.

Com base nas características predominantes do campo teórico do turismo e a proposta de uma virada crítica, aponta-se a ecologia política enquanto campo de estudo, uma vez que poucos teóricos têm se dedicado à ecologia política do turismo e, dentre esses, a maior parte dos aportes dos livros sobre turismo estão inseridos no pós-estruturalismo, supondo uma crescente perda de aportes da economia política (Murray-Mas, 2016).

Por outro lado, a ecologia política pode trazer proposições. Acevedo (2016) destaca que o modelo de turismo estritamente capitalista é o criticado pelos ecologistas políticos, e precisa ser repensado e, ao mesmo tempo, enaltecido outras formas da atividade, como o turismo de base comunitária. O turismo de base comunitária é visto, por alguns críticos, como uma forma de resistência ao turismo convencional e de massa. Cañada (2017), por exemplo, destaca que em vários casos, essas iniciativas surgem como oposição às operadoras turísticas e outras empresas que, para obtenção de lucros, utilizavam indiscriminadamente os territórios, os recursos e as comunidades. O modelo tem sido submetido a fortes pressões e contradições, mas apesar disso, se mantém presente como alternativa de desenvolvimento rural. Cada vez mais se visualiza como um campo em disputa entre a possibilidade de construir alternativas de desenvolvimento econômico, sob controle comunitário e as necessidades do setor de gerar e promover novas experiências (Sampaio, Lenz, Henriquez, Coriolano, Fortes, & Alves., 2015; Cañada, 2017). Fortalecer essas perspectivas nos estudos turísticos significa corroborar para o que Bianchi (2009) chamou de “academia da esperança”, dando visibilidade para outras epistemologias e outras racionalidades, além de contribuir para a visibilização de problemáticas socioambientais.

5. Conclusão

A ecologia política contempla uma gama de temáticas, que giram em torno da relação entre homem-natureza, permeado pelas relações de poder, o que pode levar a conotação da existência de “vencedores” e “perdedores”, ou seja, quem se beneficia e quem recebe o ônus de determinada atividade. Com base nisso, pode-se fazer alusão a diversos aspectos da atividade turística, como marginalização e exclusão social, degradação ambiental e perda dos recursos naturais de subsistência, dependência econômica, espoliação de territórios, perda da identidade local por conta da desterritorialização, entre várias outras temáticas.

Enquanto meio de acumulação de capital, grandes capitais requereram localizações concretas onde se estabelecem e encontram oportunidade nesses novos espaços turísticos, levando à transformação da natureza em mercadoria. Nesse processo, enquanto os benefícios ficam com grandes conglomerados de capital internacional, o ônus do desenvolvimento turístico recai sobre o meio ambiente e as comunidades locais, que são afetadas também socialmente, tendo suas bases de subsistência e manutenção física e cultural ameaçadas ou parcialmente comprometidas.

O presente ensaio teórico teve como objetivo discorrer sobre o turismo desde uma perspectiva crítica, apresentando a ecologia política como possível meio de análise teórico-crítico. Entende-se que a ecologia política se faz importante porque por meio dela a teoria tem interface com a empiria, dando um passo a mais que a economia política do turismo, ao inserir no debate a questão ambiental.

É possível o diálogo entre a produção do conhecimento científico e os movimentos sociais, povos que resistem e atores que estão imersos em conflitos socioambientais causados pela atividade turística. É viável e necessário o debate público e democrático, para além dos impactos da atividade turística, que embora sejam negligenciados, foram amplamente abordados pelos teóricos. É necessário debater os conflitos socioambientais que a atividade vem ocasionando, e que esse debate ultrapasse os “muros” das universidades, por meio do diálogo com os atores sociais, especialmente os afetados pelos conflitos, contribuindo para que os mesmos deixem de ser meros objetos e passem a ser sujeitos, protagonistas de seu próprio entendimento sobre desenvolvimento.

Embora não se devam ignorar os aspectos positivos da atividade turística, é preciso maior criticidade quanto ao setor, inserido e fora do ambiente acadêmico, o qual por vezes corrobora para a perpetuação dos discursos hegemônicos e acríticos. Concorde-se com Panosso Netto e Castillo Nechar (2014) ao destacarem que a teoria crítica impulsiona e abre espaço para temas até então ignorados ou subdimensionados. Este seria o caso dos conflitos ambientais, portanto, entende-se que a ecologia política tem importante papel no que Bianchi (2009) denomina “virada crítica”. Não obstante, entende-se que alguns aspectos precisam ser levados em consideração, portanto, recomenda-se:

- a) abordagem crítica a respeito de como o turismo é compreendido e concebido, pautado em teorias econômicas ortodoxas, visando contribuir para uma mudança significativa na teoria, dando espaço para discursos e práticas alternativas às hegemônicas, como o turismo de base comunitária;

- b) empoderamento dos teóricos dos países do Sul global de modo que possa construir uma teoria própria do Sul, de forma crítica a respeito das relações de exploração e subordinação entre os países, pensando modelos teóricos ou práticos que melhor se adequem às realidades locais;
- c) uso da base teórica existente a respeito da ecologia política, mas com estudos territoriais, levando em consideração as relações de poder e conflitos locais e não se limitando apenas entre o Norte e o Sul global, no que parte considerável dos estudos dentro do turismo tem focado;
- d) expansão da análise de impactos do turismo para a análise dos conflitos socioambientais relacionados à atividade turística, tendo como base a relação entre atores sociais, os processos hegemônicos que estão em jogo e os movimentos de resistência, dando ênfase para as relações desiguais de poder e acesso aos recursos;
- e) criação e/ou alimentação de bancos de dados de conflitos socioambientais relacionados à atividade turística na América Latina e em outros países do Sul global, para visualizar a dimensão, espacialização e características específicas dos mesmos, a fim de uma melhor compreensão quanto aos impactos da atividade no país;
- f) promover o diálogo entre a academia e os movimentos sociais, a fim de dar visibilidade às opiniões e à realidade das comunidades afetadas pela atividade turística, gerando novos conhecimentos e promovendo a elaboração e fortalecimento de modelos contra hegemônicos, pensando um “outro” turismo.

Além da contribuição para a virada crítica, a ecologia política contribui significativamente para o diálogo entre a academia e a sociedade. Entende-se que desde uma análise macro é possível compreender as dinâmicas locais, que são, em grande parte, influenciadas por relações econômicas e de poder a nível global. Utilizando-se como base teórica a ecologia política, baseada na crítica marxista e em teorias insurgentes, traz perspectivas para novas formas de estruturação da atividade turística, com base na autonomia, coletividade e protagonismo das comunidades.

Faz-se mister ressaltar as limitações da pesquisa e as possibilidades de estudos futuros. O presente ensaio teórico objetivou uma reflexão inicial sobre a importância da ecologia política como uma possibilidade teórico-analítica para reforçar as análises do turismo enquanto objeto de estudo. Assim, não foi possível realizar uma pesquisa sistemática em bases de dados, com levantamento sobre a produção científica no e do turismo que já utilizem a ecologia política. Assim, possibilita-se a continuidade da pesquisa, inclusive com um comparativo quanti e qualitativo entre pesquisas realizadas nos países do Norte e nos países do Sul. Em adição, oportuniza-se realizar uma análise de conteúdo para verificar quais os temas abordados nas pesquisas da ecologia política no turismo.

6. Agradecimento

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Referências

- Acevedo, R. M. 2016, dezembro. Extralimitación, decrecimiento y turismo: la necesidad de un cambio de modelo. *Ecología Política – Cuadernos de debate internacional*, Catalunya (ESP), 52, 57-61. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5815461>.
- Acselrad, H., Almeida, A. W. de, Bermann, C., Brandão, C. A., Carneiro, E., Leroy, J. P., Lisboa, M., Meirelles, J., Mello, C., Milanez, B., Novoa, L. F., O'dwyer, E. C., Rigotto, R., Sant'ana Junior, H. A., Vainer, C. B., Zhouri, A., Pinto, R. G., Furtado, F., Werner, D., & Gaviria, G. M. 2012. Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? *E-cadernos*, 17, 164-183. Recuperado de <https://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos17/07.ColetivoBras.Pesq.DesigualdadeAmbiental.pdf>.
- Acselrad, H., Mello, C. C. A., & Bezerra, G. N. 2009. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Alimonda, H. 2017. En clave de Sur: la ecología política latino-americana y el pensamiento crítico. In: Alimonda, H., Pérez, C. T., & Martín, F. (Coord.). *Ecología política latinoamericana: el pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica*, 1 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México: Universidad Autónoma Metropolitana; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ciccus, 33-49. Recuperado de http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20171030111951/GT_Ecologia_politica_Tomo_I.pdf.

- Bianchi, R. V. 2009. The 'critical turn' in tourism studies: a radical critique. *Tourism Geographies*, 11(4), 484-504. DOI: 10.1080/14616680903262653.
- Bianchi, R. V. 2018, maio. The political economy of tourism development: a critical review. *Annals of Tourism Research*. 70, 88-102. DOI: 10.1016/j.annals.2017.08.005
- Blázquez, M., Buades, J., Cañada, E., & Murray, I. 2011, junho. *La balearització global: conflictes socioambientals de la construcció d'hotels balears a El Carib i Amèrica Central*. Illes Balears (ESP): Alba Sud. Recuperado de <http://www.albasud.org/publ/docs/45.pdf>.
- Blázquez, M., Cañada, E., & Gascón, J. 2018. La transnacionalización del capital hotelero balear y de las resistencias ciudadanas. In: Buades, J., Cañada, E.; & Gascón, J. *El turismo en el inicio del milenio: una lectura crítica a tres voces*. Madrid: Foro de Turismo Responsable, Red de Consumo Solidario/Picu Rabicu/Espacio por un Comercio Justo. Colección Thesis, 3, 49-58.
- Britton, S. G. 1982. The political economy of tourism in the Third World. *Annals of Tourism Research*, 9(3), 331-358. DOI: 10.1016/0160-7383(82)90018-4.
- Bryant, R. L. & Bailey, S. 1997. *Third world political ecology*. New York/London: Routledge.
- Cañada, E. 2016, dezembro. Implicaciones socioambientales de la construcción del espacio turístico. *Ecología Política – Cuadernos de debate internacional*, Catalunya (ESP), 52, 62-68. Recuperado de <https://www.ecologiapolitica.info/?product=ecologia-politica-no-52>.
- Cañada, E. 2017, maio. Turismo y pobreza, una historia de encuentros y conflictos. *Albasud*. Recuperado de <http://www.albasud.org/blog/es/968/turismo-y-pobreza-una-historia-de-encuentros-y-conflictos>.
- Castillo Nechar, M. 2011. Epistemología crítica del turismo. ¿Qué es eso? Turismo, epistemología, crítica. *Turismo em Análise*, São Paulo, 22(3), 516-538. Recuperado de http://www.each.usp.br/turismo/livros/turismo_perspectiva_critica_panosso_nechar.pdf.
- Damián, A. G. & García, M. O. 2020. El sistema de producción de conocimiento turístico em México: Fuerzas restrictivas, resistencias y adaptación (1989 a 2019). *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 29, 26 – 50. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7192838>.
- Escalera-Briceño, A. E., Ángeles-Villa, M. A., & Palafox-Muñoz, A. P. 2018a. Los límites de la economía ecológica en la era del capitaloceno: los límites de la ecological economics in the era of capitalocene. *Revista Ciencias Sociales*, 160, 137-152. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6607035>.
- Escalera-Briceño, A., Ángeles-Villa, M., & Palafox-Muñoz, A. 2018b, março. ¿ Por qué se debe considerar al marxismo ecológico en la era del capitaloceno? *Letras Verdes*, 23, 69-90, DOI 10.17141/letrasverdes.23.2018.2867
- Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) 2019. *Mapa de conflitos envolvendo injustiças socioambientais e saúde no Brasil*. Recuperado de http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?atv_gerad=industria-do-turismo&post_types=conflito.
- Institute of Environmental Science and Technology (ICTA) 2019. *Environmental Justice Atlas*. Barcelona: ICTA-UAB. Recuperado de <https://ejatlas.org/>.
- Gascón, J. 2012. Turismo y desarrollo: una visión crítica. In: Buades, J., Cañada, E., & Gascón, J. *El turismo en el inicio del milenio: una lectura crítica a tres voces*. Madrid: Foro de Turismo Responsable, Red de Consumo Solidario/Picu Rabicu/Espacio por un Comercio Justo. Colección Thesis, 3, 46-48.
- Harvey, D. 2004. *O novo imperialismo*. (Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves). São Paulo: Edições Loyola.
- Leff, E. 2006, março. La ecología política en América Latina: un campo en construcción. In: Alimonda, H. *Los tormentos de la materia: aportes para una ecología política latinoamericana*. Buenos Aires: CLACSO.
- Lipietz, A. 2003, janeiro/julho. A ecologia política e o futuro do marxismo. *Ambiente & Sociedade*, 6(1), 9-22. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v5n2/a02v5n2>.
- Loureiro, C. F. B. & Layrargues, P. P. 2013, janeiro/abril. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, 11(1), 53-71. DOI: 10.1590/S1981-77462013000100004.
- Martínez Alier, J. 2010. El ecologismo de los pobres. 4a ed., ampliada. Conflictos ambientales y lenguajes de valoración. Lima: Espiritrompa Ediciones.
- Mkono, M. 2013. African and Western tourists: object authenticity quest? *Annals of Tourism Research*, 41, 195–214. DOI: 10.1016/j.annals.2013.01.002.
- Mostafanezhad, M., Norum, R., Shelton, E. J., & Thompson-Carr, A. 2016. Introduction. In: Mostafanezhad, M., Norum, R., Shelton, E. J., & Thompson-Carr, A. (Eds.). *Political ecology of tourism: community, power and the environmental*. New York/London: Routledge, 1-22.
- Muñoz, A. P. 2016, dezembro. Turismo e imperialismo ecológico: el capital y su dinamica de expansión. *Ecología Política – Cuadernos de debate internacional*, Catalunya (ESP), 52, 69-73. Recuperado de <https://www.ecologiapolitica.info/?product=ecologia-politica-no-52>.

- Murray-Más, I. 2013, março. Algunas notes sobre el turismo i la forma en què les ciències socials l'han abordat críticament. *Revista Bibliogràfica de Geografia y Ciencias Sociales*, Barcelona (ESP), 18(1016). Recuperado de <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1016.htm>.
- Murray-Más, I. 2016, dezembro. El despertar de la ecología política del turismo. *Ecología Política – Cuadernos de debate internacional*, Catalunya (ESP), 52, 129-130. Recuperado de <https://www.ecologiapolitica.info/?product=ecologia-politica-no-52>.
- Nava Jiménez, C.; & Castillo Nechar, M. 2017, julho. Actualidad de la teoría crítica en los estudios del turismo. *Turismo y Sociedad*, 20, 49-74. DOI: 10.18601/01207555.n20.03.
- Nepal, S.; Saarinen, J.; & Mclean-Purdon, E. 2016. Introduction: political ecology and tourism concepts and constructs. In: Nepal, S.; & Saarinen, J. *Political ecology and tourism*. London/New York: Routledge, 1-15.
- Nicholls, R., Higgins-Desbiolles, F., & Rigney, G. 2016. Ngarrindjeri authority: a sovereignty approach to tourism. In: Mostafanezhad, M.; Norum, R.; Shelton, E. J.; Thompson-Carr, A. (Eds.). *Political ecology of tourism: community, power and the environmental*. New York/London: Routledge, 50-69.
- Panosso Netto, A. & Castillo-Nechar, M. 2014, janeiro/março. Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 8(1), 120-144, jan./mar. 2014. DOI: 10.7784/rbtur.v8i1.719
- Panosso Netto, A. & Castillo-Nechar, M. 2016. Em direção a uma perspectiva crítica do turismo. In: Panosso Netto, M. & Castillo-Nechar, M. (Eds) *Turismo: perspectiva crítica - textos reunidos*. Assis (SP): Triunfal Gráfica e Editora, pp. 13-23.
- Porto Gonçalves, C. W. 2005. Apresentação da edição em português. In: Lander, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires (ARG): CLACSO, pp.3-5.
- Robbins, P. 2012. *Political ecology: a critical introduction*. Malden (USA): Wiley-Blackwell.
- Sampaio, C. A. C. 2019. Ecosocioeconomias: um conceito em construção. In: Sampaio, C. A. C.; Grimm, I. J.; Alcântara, L. C. S.; & Mantovaneli Jr, O. *Ecosocioeconomias: promovendo territórios sustentáveis*. Blumenau: Edifurb.
- Sampaio, C. A. C., Lenz, T. C. Z., Henríquez Z., C., Coriolano, L. N. M. T., Fortes, S. C., & Alves, A. R. 2015. Interpreting communitarian tourism in the context of some integrated experiences in Brazil, Chile and Costa Rica. *Urbanistica Informazioni*, 42, 122-130.
- Schenkel, E. 2018. Turismo social en America Latina: la conquista de un derecho desigual. *Lurralde: investigación y espacio*, Espanha. 41, 93-113. Recuperado de https://www.researchgate.net/profile/erica_schenkel/publication/313627823_turismo_social_en_america_latina_la_conquista_de_un_derecho_desigual/links/5c2d17ffa6fdccfc7078f769/turismo-social-en-america-latina-la-conquista-de-un-derecho-desigual.pdf?origin=publication_detail.
- Stonich, S. C. 1998. Political ecology of tourism. *Annals of Tourism Research*, v. 25, n. 1, p. 25-54. DOI: 10.1016/S0160-7383(97)00037-6.
- Swedberg, R. 2004. Sociologia econômica: hoje e amanhã. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, 16(2), 7-34. DOI: 10.1590/S0103-20702004000200001.
- Tribe, J. & Liburd, J. J. 2017. Tourism knowledge: A robust, adaptable system (reply to Isaac and Platenkamp). *Annals of Tourism Research*, 63: 226–227. DOI: 10.1016/j.annals.2017.01.015

Notas

- ¹ Não é o objetivo do presente ensaio invisibilizar os estudos existentes com enfoque crítico. Há estudos - embora não em quantidade semelhante aos positivistas – desenvolvidos seguindo teorias das ciências sociais, incluindo o próprio marxismo, bem como com enfoques ambientais. No entanto, a ecologia política em si não vem sendo abordada nos estudos brasileiros, e mesmo em outros países eles ainda são incipientes.
- ² Embora a virada crítica, para Bianchi (2009; 2018), se refira mais especificamente à economia política aplicada ao turismo, considera-se a ecologia política como parte, tendo em vista que aquela é uma das bases fundantes desta.

Recibido: 08/01/2020
Reenviado: 18/07/2020
Aceptado: 16/09/2020
Sometido a evaluación por pares anónimos